

Desentranhar o comunicacional: a Comunicação segundo José Luiz Braga

Extracting communication: communication according to José Luiz Braga

Eduardo Yuji Yamamoto

yujieduardo@gmail.com

*Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).
Professor adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro – PR).*

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar, de maneira breve e sistemática, a perspectiva comunicacional de José Luiz Braga¹. O texto encontra-se dividido em três partes: 1) Epistemologia: apresentação do golpe cognitivo que institui um objeto de pesquisa; 2) Ontologia: definição da comunicação enquanto processo de transformação da linguagem (código, instituição social, cultura, etc.); 3) Metodologia: descrição do procedimento indiciário e inferencial para a investigação do referido objeto. Ao final apresenta-se ainda um quadro esquemático de tal perspectiva.

Palavras-chave: José Luiz Braga, epistemologia da comunicação, teorias da comunicação, interações.

Abstract

The objective of this paper is to present in a brief and systematic way the communicational perspective of José Luiz Braga. It is divided into three parts: 1) Epistemology: presentation of the cognitive act that establishes an object of research; 2) Ontology: definition of communication as a process of transformation of language (code, social institution, culture etc.); 3) Methodology: description of the indiciary and inferential procedure to research that object. At the end it presents a schematic picture of this perspective.

Keywords: José Luiz Braga, epistemology of communication, communication theories, interactions.

Introdução

Nos últimos anos, tem sido notório o esforço de pesquisadores brasileiros em relação à questão epistemológica da comunicação. Em torno de perguntas como “o que é comunicação?”, “qual o seu escopo?”, “qual o seu objeto?”, “como capturá-lo intelectivamente”, etc., despontam os mais variados discursos, entradas teóricas e epistemes acerca desse fenômeno antes despercebido ou sem gran-

de interesse acadêmico. Nada incomum para uma área do conhecimento cuja gênese, no Brasil, aconteceu de maneira dispersa, recebendo a influência das análises norte-americanas sobre os efeitos da mídia na população e dos ensaios europeus (principalmente franceses) sobre filosofia da linguagem. Seu atual desnorreamento teórico – situado “na encruzilhada de disciplinas tradicionais do pensamento social”, como observou Muniz Sodré (2002, p. 232) – é sintomático de um início abrupto e fragmentário, chegando

¹ Em se tratando de uma explanação breve sobre o pensamento e a obra de José Luiz Braga, reduções e simplificações são inevitáveis. O objetivo aqui, no entanto, não é diminuí-los, mas tentar compreendê-los segundo uma ótica que julgamos relevante: a da linguagem.

hoje a situações esdrúxulas como esta relatada por J. A. Anderson:

Exceto no interior de pequenos grupos, os teóricos da comunicação aparentemente nem concordam nem discordam sobre muita coisa. Não existe um cânone de teoria geral ao qual eles todos se refiram. Não há objetivos comuns que os unam nem pontos controversos que os dividam. Na maior parte, eles simplesmente se ignoram. (Craig, 1999, apud Sodré, 2012, p. 13).

Apesar de situações como essa, frequentemente, decorrerem de fatores pouco científicos (disputa por prestígio pessoal, conflito institucional, apropriação de recursos para pesquisas etc.) – não obstante, reconfiguradores de linhas, programas e *modi operandi* da investigação –, não se podem negar os ganhos cognitivos que essa circunstância oferece. De fato, muitos dos argumentos apresentados para justificar um possível contorno epistêmico impressionam pelo rigor teórico-metodológico e pela singularidade de suas construções.

Nesse contexto, chama atenção a perspectiva comunicacional de José Luiz Braga, à qual dedicaremos aqui uma atenção especial.

Longe de querer imputar ou fundar uma ideia absoluta de comunicação (um conceito definitivo), Braga propõe descrevê-la conforme a observação das práticas internas da pesquisa científica. Ou seja, de seu lugar social, seu comportamento coletivo (consensual ou institucional), ou mesmo daquilo que seus praticantes julgam (culturalmente) ser o comunicacional.

A base de seus argumentos, sendo proveniente dessa “empíria”², torna-o receptivo às ações tentativas de falseamento inferencial, distanciando-se, portanto, do dogmatismo teórico (conduta própria da ciência dita normal, que se contenta em aplicar ou verificar hipóteses). Diversamente, sua proposta enceta um diálogo profícuo com a diversidade ou a originalidade de pontos de vista sobre a comunicação “desentranhada”, quer dizer, extraída de processos políticos, econômicos e culturais, e elevada à condição de objeto ou elemento caracterizador da área.

“Tensionamentos” e ações “tentativas” (propositivas) constituem, para Braga, premissas fundamentais des-

sa abordagem que podemos chamar também de crítica ou negativa. A elas somam-se outros conceitos analíticos importantes, tais como a “conversação”³ (interpessoal ou cultural), os “dispositivos interacionais”, o procedimento “indiciário” e a “inferência”.

Epistemologia

De acordo com Braga, a tarefa daqueles que se preocupam em definir epistemologicamente a comunicação deve ser a de “desentranhar o comunicacional” das Ciências Humanas e Sociais. Isso significa compreender a Comunicação⁴ enquanto instância de acolhimento de determinadas questões humanas e sociais que, estando em constante proliferação, excedem as disciplinas historicamente consolidadas (Psicologia, História, Sociologia, Antropologia, Economia, Ciências da Linguagem, etc.). Essas disciplinas, ao se autonomizarem em torno de objetos próprios ou específicos (a psique, o *socius*, a cultura, o Homem, o trabalho, o signo, etc.), produziram saberes sobre eles (“hipóteses heurísticas”⁵), mas, por consequência, acabaram liberando questões adjacentes aos seus respectivos focos, iluminando algumas regiões ontológicas. Em outras palavras, o desenvolvimento normal dessas disciplinas produziu, de maneira residual, novos objetos, abrindo caminho para reflexões transversais inéditas que passam a ganhar um tratamento mais acurado em outros espaços (disciplinas).

A Comunicação, nesse contexto, constituiria um espaço de cognição intelectualmente comprometido com a produção de saberes a partir de um conjunto particular de problemáticas, qual seja: as transformações da linguagem (cultura, código, sistema, instituição) decorrentes de seu uso pela sociedade. Desse conjunto podem-se extrair não apenas inúmeros temas, problemas, perguntas e objetos da Comunicação, mas o próprio “comunicacional” enquanto disposição reveladora de tais transformações que põe em primeiro plano os processos comunicativos – as mudanças identitárias, as interações culturais, as trocas simbólicas, os engajamentos sociais (mediados ou não pelos aparatos tecnológicos), entre outros.

Os fatores dessa autonomização comunicacional são variados. Destaquemos dois que nos parecem fundamentais. Primeiramente, a determinação histórica diante da qual se

² Destaca-se aqui o caráter “crítico” (à la Popper) dessa abordagem ao definir a diversidade (ou negatividade) discursiva enquanto preceito de sua cientificidade: “[...] só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que *deve ser tomado como critério de demarcação não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema*. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recursos a provas empíricas, em *sentido negativo*: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico. (Assim, o enunciado ‘Choverá ou não amanhã’, não será considerado empírico, simplesmente porque não admite refutação, ao passo que será empírico o enunciado ‘Choverá aqui, amanhã’)” (Popper, 2008, p. 42; grifos nossos).

³ A ideia de “conversação” é tributária de Francisco Rüdiger. Braga (2011, p. 66) diferencia-a da noção de “interação”, voltada a um contexto mais amplo (quer dizer, para além do aspecto físico-presencial da comunicação).

⁴ A palavra Comunicação (escrita com “C” maiúsculo) refere-se ao campo; comunicação (escrita com minúsculo) refere-se ao objeto.

⁵ Trata-se de proposições, axiomas ou sentenças resultantes de investigações anteriores (generalizações) que servem de pressupostos para novas investigações. As hipóteses heurísticas são provisórias e direcionam a observação dos fatos empíricos.

submetem todas as disciplinas (todas as esferas do pensamento humano) e que introduz uma defasagem natural entre o modelo cognitivo disponível e a realidade mutante⁶.

Particularmente no século XX, essa deterioração natural do tempo aprofundou o abismo já existente entre a capacidade apreensiva dos modelos teóricos e conceituais confeccionados para o modo de vida tradicional dos séculos XVIII e XIX e os fenômenos insurgentes. Em muitos setores das Ciências Humanas e Sociais, a procura por respostas mais precisas sobre os fenômenos da sociedade urbana e industrial conduziu a novos arranjos teóricos, à proposição de outros modelos, logo, a redefinições de fronteiras e clivagens disciplinares.

Protagonista dessa mudança generalizada, que afetava todas as esferas da vida do século XX, a comunicação foi postulada enquanto vetor da integração social, logo, da complexificação da sociedade – visível em vários domínios da atividade humana (na família, na escola, no trabalho) –, gerando uma demanda por reconfigurações epistemológicas.

Sua notoriedade, entretanto, sobreveio pelos meios de comunicação de massa (ou mídia) e por uma preocupação com uma nova realidade heterogênea e fragmentada, que ora passava a ser regida por tais meios (via ideologia), ora reagia criticamente a eles (via cultura), sobredeterminando-os.

É justamente sobre a emergência dessa “sociedade da comunicação” ou “*mediática*”, e dos questionamentos atrelados a ela, que comparece o segundo fator da autonomização, os fenômenos da comunicação, isto é, as interações culturais ou grupais, as mediações (técnicas ou sociais), os conflitos e disputas coletivas no âmbito do discurso, a sociabilidade e a subjetivação contemporânea. Não que esses fenômenos não acontecessem (ou não fossem problematizados) até então, mas, como acentua Braga, é somente a partir de sua presença massificada no cotidiano social (através do jornal, da revista, da rádio e da TV) que se viu com mais clareza uma variável importante dos processos de produção do social. Antes despercebida, ela agora se avulta como uma complexa trama que absorve todos nós – uma intensa circulação de signos e discursos, uma arquitetura informacional de alcance globalizado.

Porém, se a presença midiática (enquanto agente histórico) deu visibilidade aos fenômenos da comunicação, isto é, a um elemento imprescindível da sociedade atual (que passa a redefinir os modos de pensar a cultura, a política, a economia e a subjetivação), são esses próprios fenômenos, desentranhados ou pensados em si (e para si) mesmos, que irão estruturar um espaço de conjugação para fenômenos maiores, mais amplos – eis o comunicacional.

Como exercício epistemológico, portanto, Braga propõe o levantamento de problemas interdisciplinares relacionados às interações sistêmicas e às transformações endógenas dessa sociedade *mediática*, cujas respostas destacam o vetor comunicacional, tais como: o que altera as configurações socioculturais de uma comunidade? Que processo está implícito nos modos atuais de reprodução cultural? Como se dá a sociabilidade contemporânea? Qual é o papel dos meios de comunicação nos processos de síntese social?

É verdade que essas questões podem muito bem ser respondidas pelas disciplinas tradicionais – é o que em geral acontece no campo, a importação de modelos teóricos de outras disciplinas. Entretanto, nesse espaço dito comunicacional, seus respondentes constatariam a ocorrência de elementos comuns subjacentes a tais questionamentos (a interação humana, a conversação social, a negociação simbólica), que atravessam os pontos de vista das disciplinas já existentes.

Desentranhar o comunicacional não corresponde a definir um “território” à parte, nem temas, objetos ou métodos que nos sejam exclusivos, mas sim desenvolver perguntas e hipóteses para além das que já são feitas pelas demais CHS [Ciências Humanas e Sociais] – que não as farão, porque isso ultrapassaria seu âmbito de interesse e as lógicas de seu campo de conhecimento. (Braga, 2011, p. 72; grifo do autor).

Assim, podem ser definidos como desentranhadores do comunicacional:

1) a lida com as questões processuais que, por exigência epistemológica, são marginalizadas pelas demais disciplinas, tais como a interação social; a constituição de uma linguagem; a instauração do sentido; os engajamentos humanos; os entre-estados da cultura, etc. – tratados agora em si mesmos, quer dizer, enquanto objetos de reflexão e pesquisa;

2) a especificação ou distinção desses processos (enquanto fenômeno comunicacional) tanto para a conjugação em perguntas (ou processos) mais abrangentes, quanto para a submissão à apreciação crítica ou empírica.

A constituição do campo comunicacional, portanto, advém como decorrência inevitável do desenvolvimento científico, uma necessidade prática de aproximação de pesquisadores cujos objetos e achados empíricos assemelham-se em muitos aspectos. Trata-se de um espaço facilitador para encontros, diálogos, reflexões, debates e apontamentos críticos, mas também de compartilhamento de conceitos e modelos teóricos. Com isso, institui-se não só o desenvolvimento desses estudos, como se evita sua dispersão e isolamento.

⁶ Sobre isso ver Ianni, 1996, p. 171: “Se as ciências sociais nascem e desenvolvem-se como formas de autoconsciência científica da realidade social, pode-se imaginar que elas podem ser seriamente desafiadas quando essa realidade já não é mais a mesma. O contraponto de pensamento e pensado, ou de lógico e histórico, pode alterar-se um pouco, ou muito, quando um dos termos modifica-se; e mais ainda quando ele se transfigura.”

Segundo Braga, uma região ainda inexplorada em sua potência comunicacional, embora acolhedora de inúmeras propostas investigativas atinentes ao fenômeno da comunicação, perfaz uma explicação mais razoável do que o discurso vago e inoperante da interdisciplinaridade.

Ontologia

Em texto recente, Braga (2010a) definiu comunicação como “processo que transforma linguagens”. Tal heurística, fruto de uma investigação empírica no campo comunicacional brasileiro, evidencia a comunicação como cerne do processo transformador de códigos e instituições sociais⁷, condição do surgimento de sistemas de interação humana, logo, também, de sua permanência ou modificação no tempo.

Com essa definição, o autor amplia o escopo comunicacional para além de seu recorte semiológico ou culturalista (estrutural e meramente descritivo), onde se recolhe uma parte significativa das pesquisas do campo. Portanto, além das estruturas interativas preestabelecidas – bem como das instituições sociais que as legitimam (a cultura, a moral, a deontologia profissional, etc.) –, integram a comunicação os processos que excedem tais sistemas semânticos.

A complexidade dessa definição comunicacional, todavia, é facilitada pelo autor através de uma explicação que pode ser sintetizada da seguinte maneira: as transformações (seja no código, seja nas instituições sociais) necessitam de simbolização, isto é, dissolução de seus antigos modos de organização semântico-estrutural e redefinição de novas formas de circulação interna do sentido. Esse processo é dado socialmente, por tensionamentos situacionais onde interagem três elementos importantes: o imaginário (conjunto de discursos ou subjetividades circulantes), o real percebido (a prova empírica, a materialidade discursiva) e as racionalidades locais (responsável pela aderência ou correspondência de um imaginário com um real percebido). Porém, observa Braga, esses três elementos permaneceriam inertes ou desordenados na sociedade se não houvesse um outro elemento, de natureza processual, que os faz circular e “negociarem” entre si, ou seja, que torna possível a operação simbolizante permitindo a deliberação coletiva e, desse modo, a construção social (consentida) dos sistemas de significação. Esse outro elemento é a comunicação.

Conforme Braga, percebemos “o fenômeno comunicacional como *processo social* de seleção, ajuste e redirecionamento de imaginário, percepções e lógicas”. A “gênese do sentido (e, portanto, das instituições) não é dada por uma proliferação desordenada do imaginário”, mas pelas “articulações entre o imaginado, as percepções de realidade e as racionalidades disponíveis – através de negociações nas quais os três termos se modificam mutuamente” (Braga, 2010a, p. 46; grifo do autor).

Nesse entendimento, a comunicação deixa de ser compreendida apenas como coisa (como sinônimo de informação, discurso, instituição ou aparelho) e passa a ser concebida também como processo, decorrente do encontro entre indivíduos, culturas, discursos e imaginários diferentes. O resultado desse encontro, segundo Braga, pode ser parcialmente conhecido, uma vez que dispomos de formas preestabelecidas (códigos) que dão previsibilidade às ações sociais. No entanto, deve-se esperar que essas formas se modifiquem com o passar do tempo devido ao contexto social problemático (desigual, excludente, interditório) onde se encontram.

Os chamados dispositivos interacionais⁸ referem-se a essas formas sociais prévias, interiores às instituições e aos códigos, onde acontecem os processos de mudança ou manutenção de um determinado sistema. Trata-se de um subsistema normativo, porém, com flexibilidade suficiente para acolher a pressão histórica, as demandas comunicativas da sociedade como um todo, quais sejam, a realização de um determinado imaginário (individual ou grupal), a abertura para invenções e aperfeiçoamentos sociais (desenvolvimento de aparelhos inclusivos), o acolhimento de singularidades políticas, estéticas ou socioculturais, entre outros. Tais dispositivos funcionam como contextos da comunicação, em que um sistema instituinte (uma pessoa, um grupo, uma cultura) faz contato (interage, dialoga) com o sistema instituído (em geral pouco flexível).

Os dispositivos são importantes, dentro do espaço institucional, porque estão mais perto do uso, como contextos intermediários das instituições. Seriam como ‘subsistemas’ – ‘parte’ de um conjunto mais abrangente de normatização; e possivelmente menos rigorosamente codificados. Os dispositivos articulam, próximos das situações de uso de códigos e normas, os processos de ordenação social e as disposições de

⁷ Instituição social, segundo Braga, é um conjunto de regras sociais instituídas e compartilhadas, regularmente estáveis, “que organizam os processos sociais [...] segundo determinadas ‘lógicas locais’ constituídas no processo mesmo de institucionalização, e que viabilizam interações sociais em seu âmbito” (Braga, 2010a, p. 43). A linguagem – compreendida em seu sentido linguístico (saussureano), isto é, enquanto código – também pode ser arrolada nesta definição (linguagem = instituição social). Assim como as instituições sociais, a linguagem aparece como sistema de significação que se transforma, historicamente, pelas interações sociais.

⁸ O conceito de dispositivo utilizado por Braga advém de Maurice Mouloud. Trata-se de um lugar (material ou imaterial) onde se inscrevem necessariamente os textos. “O dispositivo é uma ‘matriz que impõe sua forma aos textos’; e ainda: ‘o dispositivo pode aparecer como uma sedimentação de textos’. São, portanto, formas socialmente geradas e tornadas culturalmente disponíveis como matrizes para a realização de falas específicas” (Braga, 2006, p. 36). A essa definição, Braga acresce o qualificativo “interacional”, direcionando a aplicabilidade do dispositivo à situação comunicativa (interativa) em contextos institucionais, isto é, para referir-se à produção de “textos”, falas e discursos sob o constrangimento da instituição onde tal produção se realiza.

linguagem' – funcionando como seu âmbito operador de interações. (Braga, 2010a, p. 49; grifo do autor).

A escola é um bom exemplo de instituição onde interagem tais dispositivos. Trata-se de uma instituição rígida, hierárquica, definida por um ordenamento moralizante e disciplinar, e destinada à importante função social de formação do indivíduo – seja para repor mão de obra ao mercado de trabalho, para iniciá-lo na vida pública (política e cidadã), seja para estimular sua criatividade visando inovações e progressos sociais. A consecução dessa tarefa, entretanto, prevê não apenas o uso de tais códigos (submissão à estrutura ou ao conjunto de regras), mas uma espécie de contestação a esses ordenamentos. Há espaços para isso: no interior dessa instituição existem locais para encontros, negociações e reflexões sobre tais finalidades (inclusive sobre a pertinência da escola na vida social): são as salas de aula (em atividades de grupo, participação discente, debates com os professores), os intervalos de expediente (que criam situações para conversas informais entre os próprios alunos, professores e funcionários), e até fora dela (na rua, na família, na mídia), “dispositivos interacionais” que aos poucos vão solapando a rigidez da escola.

Grandes transformações no sistema escolar, que parecem obra do acaso ou produto de um passe de mágica⁹, todavia, resultam desses pequenos processos comunicativos presentes em tais subsistemas escolares. A produção imaginativa, sua circulação e compartilhamento, em um processo vagaroso de assoreamento linguageiro, conduzem à simbolização, à gênese de uma nova linguagem escolar, uma nova instituição voltada às finalidades formativas do Homem (um novo Homem, talvez).

Algo idêntico pode ser observado na emergência da opinião pública ou nas mudanças identitárias sofridas por comunidades tradicionalistas ou por pessoas que buscam experiências de vida. Pode ser identificado também na concepção de uma nova linguagem artística: pequenas peças, montagens, exposições e instalações que, aos poucos, vão minando uma antiga visão estética e terminam por fazer brotar uma outra concepção (por exemplo, um estilo original de narrativa visual, radiofônica ou audiovisual) – estas singulares que fazem circular a simbolização.

O bom funcionamento da sociedade, portanto, não depende apenas das solicitações prévias do dispositivo interacional, mas de seu constante aperfeiçoamento, ajuste, complementação ou viradas radicais. Isso se deve não só

às frequentes oscilações do mundo, mas às diversas intenções humanas presentes no interior das instituições que, por não encontrar êxito nos dispositivos interacionais disponíveis, propõem novas formas de comunicação. De fato, nossas formas cotidianas de comunicação (a demanda dos muitos) extrapolam tais sistemas. Em alguns casos, como no trabalho artístico, a comunicação efetiva entre artista e público prevê, inclusive, a destruição desses dispositivos – é o caso das intenções artísticas centradas na supressão de regras que minimizam a potência explosiva dos encontros.

[...] parece-nos que uma linguagem, enquanto código disponível para o exercício de interações sociais (colaboração ou conflito), não basta às necessidades comunicacionais de uma sociedade. Há então uma elaboração contínua, em que, paralelamente ao uso das linguagens instituídas para o exercício da comunicação, as necessidades da interação desenvolvem constantemente pressões transformadoras sobre os códigos e portanto estão continuamente gerando linguagem. (Braga, 2010a, p. 49; grifo do autor).

Vem daí o investimento de Braga no aspecto “tentativo” da comunicação – superar as interdições impostas pela linguagem (e instituições) para sua plena realização (sucesso comunicativo), fato que se mostra nas experimentações tecnológicas e subjetivas em âmbitos diferentes da vida social (da política à estética). A atividade tentativa de Braga dá um acabamento para sua proposta epistemológica, qual seja, abarcar as inúmeras aparições fenomenológicas da comunicação (suas diversas práticas) num fenômeno propriamente comunicacional (o êxito da comunicação, a transposição dos obstáculos que a afligem, incluindo como obstáculo os sistemas semânticos preconcebidos, bem como as instituições sociais e seus dispositivos interacionais). São, portanto, fundamentais nesse modelo tentativo as práticas cotidianas de comunicação que “tentam” solapar, ultrapassar, “assorear” as possibilidades codificadoras socialmente construídas.

Metodologia

Como se percebe, a concepção comunicacional de Braga extrapola a definição rasa de comunicação enquanto linguagem estruturada, mas também o entendimento precário, no entanto hegemônico, que reduz a Comunicação ao estudo de mídia¹⁰.

⁹ Sobre isso, ver a perspectiva do autor sobre a ideia de “acontecimento” comunicacional (ruptura subjetiva, interrupção e mudança de direção de um fluxo de consciência): “[...] transformações rápidas e espetaculares se preparam por transformações incrementais em diferentes ângulos, aspectos e setores que, na conjuntura de sua entrada em relação mútua, acabam disparando a fâsca desencadeadora. Vejo com clareza a incidência comunicacional no lento solapar/assorear – mais que no rompimento repentino dos diques” (Braga, 2012, p. 29; grifo do autor).

¹⁰ Como dissemos anteriormente, embora a presença das mídias no cotidiano social tenha despertado um interesse crescente pelos estudos de comunicação, “interferindo e interagindo profundamente com os espaços não mediáticos, em função de suas características de inclusividade e de penetrabilidade” – conforme observou Braga (p. 2011, p. 69), – definir o campo enquanto estudo de mídia gera o risco de se ignorar os eventos não mediáticos (“extralinguísticos”, mas não necessariamente “culturais”) que viabilizam as interações e as mudanças.

Se os dispositivos técnicos de comunicação se fazem presentes na pesquisa, isso não significa que esses constituam o cerne do problema ou o objeto da investigação comunicacional, como, aliás, tem sido a justificativa mais frequente para uma pesquisa na área. Significa, tão somente, que neles o comunicacional é gestado ou que, a partir deles, o fenômeno pode sofrer alguma variação.

*[...] o objeto da Comunicação não pode ser apreendido enquanto 'coisas' nem 'temas', mas sim como um certo tipo de processos epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional – nosso esforço é o de perceber **processos sociais em geral** pela ótica que neles busca a distinção do fenômeno. Que se busque capturar tais processos e suas características nas mídias, na atualidade, nos signos, em episódios interacionais – não faz tanta diferença. O relevante é que nossas conjecturas sejam postas a teste por sua capacidade para desvelar e explicitar os processos que, de um modo ou de outro, resultem em distinção crescentemente clara sobre o que se pretenda caracterizar como 'fenômeno comunicacional' relacionado aos temas e questões de nossa preferência (Braga, 2011, p. 66; grifo do autor).*

É precisamente o entendimento de um comunicacional coexistente no vasto conjunto de questões humanas e sociais (embora nem sempre bem explicitado na diversidade das pesquisas em Comunicação) que permite a Braga a sua proposição metodológica denominada indiciária¹¹ e inferencial¹².

Tal procedimento, voltado a um conjunto de trabalhos em Comunicação (*corpus* de pesquisa de Braga), instituiu duas operações complementares ao desentranhamento comunicacional: primeiro, a procura por pistas dentro de um conjunto provável de causalidades – dados descritivos e casos singulares (muitas vezes negligenciáveis) –; depois, a sistematização dessas pistas e a proposição inferencial, ou seja, organização e deliberação do comunicacional a partir de seus elementos constituintes, isto é, os agentes, os processos, as instituições, os dispositivos interacionais, o imaginário, o real percebido, as racionalidades locais (situação sócio-político-cultural) e o mais importante, as transformações¹³.

Compreendendo a comunicação enquanto cerne de uma ação transformadora da linguagem e das instituições, as inferências extraem a comunicação do interior de uma matéria bruta, justaposta e heterogênea (a totalidade processual), conforme a especificação não só de um conjunto de “coisas” (cultura, instituições, mídias) presentes numa situação comunicativa, como também dos processos e fenômenos “extralinguísticos”¹⁴ (que sobredeterminam a “coisa”).

Assim, para o estudo da Comunicação, sem desconhecer a forte presença e o acionamento de elementos codificados em toda interação, e maiormente de paracódigos, devem ser enfatizados os processos mais sutis e menos controláveis, não codificados, que necessariamente se põem em marcha para integrar e completar toda e qualquer comunicação, por mais codificada que esta seja. Em síntese: os processos inferenciais. (Braga, 2010b, p. 74).

Trata-se, assim, de uma desmontagem do processo de simbolização, a submissão do fenômeno comunicacional ao olhar analítico, porém, sem perder de vista sua natureza processual, não estruturalizável, logo, provisória e mutante. Como reitera o autor, entre o código e o seu uso, “incidem as condições extralinguísticas do mundo, do pensamento, das relações entre os participantes da interação, das conjunturas do episódio”. Essas, por sua vez, “pedem um processo adicional ativo (inferências) para completar a comunicação” (Braga, 2010b, p. 75). Tais inferências, entretanto, não trazem a pretensão de um *a priori* universalizável, impassíveis à história e aos contextos onde são produzidas; tampouco se fazem imunes às críticas epistemológicas comuns às pesquisas encomendadas ou àquelas realizadas em torno de cátedras universitárias. As inferências provêm de “indícios” (pistas) e são fontes primordiais para o norteamento da pesquisa comunicacional interessada nos fenômenos que não encontram correspondência na linguagem estruturada. Quanto mais abrangentes e quanto mais consistentes forem essas inferências, maior sua envergadura, influência e durabilidade. Contudo, são provisórias. Como as teses e as hipóteses, podem ser refutadas a qualquer momento.

O valor atribuído à produção de inferências revela uma dimensão importante de tal perspectiva, qual seja,

¹¹ A ideia de indiciário aqui remonta ao conceito de índice, que, em sentido semiótico, designa a função sgnica de representar um outro signo.

¹² Inferências são tentativas de interpretar os fenômenos que escapam da ordem do cognoscível, de organizar misturas não métricas ou heterogêneas. Para os fenômenos da comunicação, Braga adota o conceito de inferência de Sperber e Wilson: “há um abismo entre as representações semânticas das frases e os pensamentos realmente comunicados pelos enunciados. *Este abismo não é preenchido por mais codificação, e sim pela inferência*” (apud Braga, 2010b, p. 75; grifo nosso).

¹³ Contudo, alerta o autor, é preciso cuidado nas coletas e nas deliberações inferenciais uma vez que “os indícios não remetem ‘de modo direto’ à realidade a ser capturada. É do conjunto de indícios relacionados pela pesquisa que se podem inferir lógicas, processos e estruturas que caracterizam o caso. Eventualmente alguns indícios podem parecer irrelevantes – e só adquirem valor indiciário por sua articulação com os demais” (Braga, 2008, p. 81).

¹⁴ Tais fenômenos extralinguísticos não são culturais. Diversamente, são fenômenos que sobredeterminam o cultural, que estão fora do alcance codificador da cultura, não obstante, em sua base constituidora. Daí a necessidade do procedimento inferencial para representá-los tentativamente.

a busca por angulações relevantes do fenômeno comunicacional. A diversidade de inferências, contudo, não é sinônimo de dispersão, mas a condição mesma de uma ciência que se pretende edificar por tentativas intelectivas (ensaio e erro, críticas e superações, transposição de barreiras epistemológicas, levantamento sistemático das condições e dos processos desestruturados...) e não a partir de um gesto autoritário de fechamento disciplinar.

Observar a diversidade, com a perspectiva que adotamos aqui, corresponde a procurar (inferencialmente) o que, embora de modo menos evidente, é transversal a variações de superfície. Não se trata, porém, de procurar 'determinantes estruturais', assumidos como tão fortes que tornariam indiferentes as variações segundo as quais as interações ocorrem. (Braga, 2010a, p. 50).

Para finalizar, transcrevemos abaixo as principais entradas (não exclusivas) sugeridas por Braga para a observação do fenômeno comunicacional. Como enfatiza o autor (2010a, p. 46), em conjunto com os demais elementos históricos, a comunicação remontaria à dimensão fundamental dos processos transformadores das linguagens e instituições:

- a) como processo articulador entre percepções, interpretações, racionalizações, invenções e lógicas acionadas;
- b) como processo de circulação de tais elementos, implicando reinterpretações, negociações, reajustes, desvios e novas percepções – simplesmente em decorrência do próprio circular de ideias e de práticas;
- c) como requisito para a busca de equilíbrio, ajuste, negociação, seleção de significações aproximadamente comuns entre os participantes; ou
- d) como requisito de uma prática articulada e compósita na qual as ações de uns e de outros possam ser mutuamente referidas (ainda que conflitivamente – e nesse caso, sendo definíveis os termos do conflito).

Nessas quatro entradas sugeridas pelo autor, a comunicação sobrevém em sua especificidade, destacando-se, portanto, dos fenômenos culturais ou meramente mediáticos.

Embora sejamos tentados a tomar, como fenômeno da cultura, a articulação, a circulação, a deliberação e a abertura inclusiva ao outro, e igualmente a pensar a mídia enquanto agenciadora de uma “copresença de todas ou quase todas as culturas e microculturas no mundo”, conforme observou Braga (2011, p. 75), é no enfoque sobre a dinâmica cultural, as trocas e, sobretudo, a reelaboração constante de seus conteúdos e formas onde habita o comunicacional. É, portanto, aí onde devemos buscar a sua especificidade.

Quadro 1 – Quadro esquemático da comunicação segundo José Luiz Braga.

Comunicação	
Natureza	Processo (instituinte)
Modelo	Comunicação = código + inferências (tentativas)
Objeto	Transformações sistêmicas (linguagem e instituições)
Método	Indiciário e inferencial

Referências

- BRAGA, José Luiz. 2006. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo, Paulus.
- BRAGA, José Luiz. 2008. Comunicação, disciplina indiciária. *Revista Matrizes*, 1(2):73-88.
- BRAGA, José Luiz. 2010a. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. *Revista Alceu*, 10(20):41-54.
- BRAGA, José Luiz. 2010b. Nem rara, nem ausente – tentativa. *Revista Matrizes*, 4(1):65-81.
- BRAGA, José Luiz. 2011. Constituição do campo da Comunicação. *Revista Verso e Reverso*, 25(58):62-77.
- BRAGA, José Luiz. 2012. Interação como contexto da Comunicação. *Revista Matrizes*, 6(1-2):25-41.
- IANNI, Octavio. 1996. *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- POPPER, Karl. 2008. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix.
- SODRÉ, Muniz. 2002. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, Vozes.
- SODRÉ, Muniz. 2012. Comunicação, um campo em apuros teóricos. *Revista Matrizes*, 5(2):11-27.